

# Estudo Prospetivo sobre as Redes Públicas de Distribuição de Gás em Portugal e a Cadeia de Valor Associada



**João Rodrigues**  
Director Executivo  
Associação Portuguesa  
dos Industriais de  
Engenharia Energética  
(APIEE)

É urgente a implementação do Plano Nacional para o Biometano, uma oportunidade única de utilização de recursos endógenos, que o país não pode desaproveitar. Os participantes no debate estiveram de acordo na necessidade de evitar a tentação de “inventar a roda”, visto haver bons benchmark internacionais, nomeadamente França, Itália e Dinamarca

**Q**uem tenha acompanhado os meus anteriores artigos de opinião saberá que sou um defensor acérrimo da existência de um permanente diálogo institucional que una os diversos intervenientes do ecossistema nacional, bem como um defensor acérrimo da necessidade de as associações empresariais se afirmarem como um elo fundamental dos referidos ecossistemas.

Na verdade, desde há muito tempo que acredito que o trabalho desenvolvido nas associações empresariais modernas, permite desenvolver aquilo que costumam designar por inteligência colectiva, que conduz a um pensamento estruturado e uma articulação qualificada com as diversas partes interessadas. É por esta razão que, desde que abracei o cargo que actualmente ocupo, tenho procurado apresentar a APIEE – Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética como um interlocutor relevante nos ecossistemas nacionais da energia e das telecomunicações.

É, pois por isso, que a apresentação pública do Estudo EY-Parthenon, desenvolvido para a APIEE, que advoga uma transição energética justa e inclusiva, que acomode e capitalize as mais diversas fontes de energias renováveis e que garanta um futuro mix energético seguro, resiliente e competitivo, é uma consequência natural dos princípios que anteriormente referi.

Resultado de um trabalho desenvolvido ao longo de mais de um ano por uma vasta equipa de profissionais, no passado dia 10 de março, a APIEE conjuntamente com o nosso Knowledge Partner EYParthenon, o qual por sua vez contou com a colaboração do INEGI, apresentou no Centro Cultural de Belém o relatório final do “Estudo Prospetivo sobre as Redes Públicas de Distribuição de Gás em Portugal e a Cadeia de Valor Associada”.

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma iniciativa da nossa Comissão de Gás, uma comissão de especialidade que representa um universo de empresas que, na área específica do gás, realizam um volume de negócios anual na ordem dos 100 M€, empregando mais de 2.000 funcionários directos e indirectos em permanência, representando a esmagadora maioria das empresas prestadoras de serviços dos Operadores de Rede de Distribuição de gás.

Perante uma audiência com mais de 90 pessoas, representantes de diversas entidades públicas como a DGEG (Direcção Geral de Energia e Geologia) e a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), diversas associações empresariais e de defesa do consumidor e outros profissionais do sector energético, tiveram a oportunidade de assistir à apresentação do estudo, bem como de debater temas que importam a todo o ecossistema energético nacional.

Na minha qualidade de Director Executivo da APIEE tive o privilégio de abrir a jornada de trabalho, tendo-me declarado favorável a uma Transição Energética justa e inclusiva, a qual garanta um futuro mix energético seguro, resiliente e competitivo.

Tive então a oportunidade de referir-me à futura fileira dos gases renováveis, a qual considero absolutamente fundamental para o futuro do nosso país, reforcei a disponibilidade da APIEE cooperar com os diversos actores do ecossistema energético nacional e expressei a vontade que o documento apresentado se transforme numa ferramenta de trabalho útil para todos.

Conclui a minha intervenção, apelando para que as principais conclusões do Estudo sejam devidamente consideradas, alertado para as consequências de medidas tomadas apenas com visão de curto prazo. Coube ao Dr. Paulo Cazon, Director Geral de Energia e Geologia, fazer o discurso principal do evento, tendo ele começado por felicitar a APIEE pela realização deste estudo e, de seguida, discorrido sobre temas fundamentais e que colectivamente temos de ser capazes de enfrentar.

O Director Geral de Energia e Geologia deu destaque à falta de capital humano que os sectores da energia e da construção enfrentam, referiu que a transição energética em curso só será alcançada através dos contributos de diversos vectores, como a electricidade verde e os gases renováveis, tendo concluído a sua intervenção salientando da importância das associações empresariais no diálogo que, necessariamente, deve ser realizado entre todas as partes interessadas do ecossistema nacional.

Seguiu-se a apresentação do Estudo, assegurada pelo Dr. Hermano Rodrigues, Principal da EYParthenon, e pela Eng.ª Isabel Azevedo, Diretora da Área da Energia do INEGI, que posicionaram 3 grandes cenários para a transição energética, relevando que

em qualquer um deles a rede nacional de distribuição gás continuará a ter um papel relevante, sendo que a sua sustentabilidade económico-financeira poderá ficar ameaçada num cenário tentativo de eletrificação forçada.

O Eng. João Torres, Presidente da APE (Associação Portuguesa da Energia), moderou de seguida dois painéis de debate, um dedicado ao tema “Regulação” e outro ao tema “Oferta/Procura”.

Dos painéis de debate, que contaram com representantes da ERSE, dos Operadores de Rede de Distribuição de gás Floene e REN-Portgás, da DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor) e da AIVE (Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem), aos quais publicamente agradeço as respectivas participações, destaco as seguintes mensagens fundamentais:

i. Que é urgente a implementação do Plano Nacional para o Biometano, uma oportunidade única de utilização de recursos endógenos, que o país não pode desaproveitar. Os participantes no debate estiveram de acordo na necessidade de evitar a tentação de “inventar a roda”, visto haver bons benchmark internacionais, nomeadamente França, Itália e Dinamarca. Foi também considerado fundamental para a implementação deste plano, a urgência da APA (des)classificar os resíduos em subprodutos que possam ser valorizados, da classificação do digerido (matéria sólida) em biofertilizante, bem como a necessidade de certificação de origem do próprio biometano.

ii. Que é fundamental manter equilibrado o modelo de financiamento da rede de distribuição de gás. Todos os presentes estiveram de acordo que a actual rede é um activo estratégico nacional, que por ser jovem e ter todas as condições de base necessárias para veicular os futuros gases renováveis, importa salvaguardar que o seu financiamento

é feito de forma adequada, que não penalize a competitividade de indústrias fundamentais para o desenvolvimento económico e social do nosso país e que garanta que os consumidores domésticos, principalmente aqueles de menores condições económicas, possam aceder a fontes de energia competitivas e seguras.

iii. Que importa reconhecer e corrigir o efeito negativo de medidas tomadas exclusivamente com base em critérios de curto prazo, tendo-se dado o exemplo do DL11/2023, que ao desobrigar a instalação de infraestruturas de gás em novas habitações, condiciona de forma irreversível os futuros utilizadores destas habitações. Na prática, esta desobrigação levará a que uma parte substancial dessas habitações, se não todas, não terão a necessária infraestrutura de gás, impedindo os consumidores de fazerem as suas opções em mercado livre e necessariamente competitivo. Em simultâneo, esta medida implicará também no equilíbrio do financiamento da rede de distribuição de gás, tomando um papel duplamente penalizador para os consumidores. Por ter havido consenso nos efeitos negativos desta medida, houve também consenso na necessidade de proceder à sua revogação.

Encerrando esta jornada de trabalho, agradeço a todos os participantes, tendo salientado que, quicá pela primeira vez, representantes de toda a cadeia de valor, incluindo os prestadores de serviços que no terreno implementam os projectos, tiveram a oportunidade de debater colectivamente temas que são do interesse de todo o ecossistema energético.

Concluo este artigo de opinião reforçando o apelo ao desenvolvimento da vida associativa empresarial, bem como ao aprofundamento de um diálogo institucional, que a todos os envolvidos seja útil. Contem conosco. **C**